

Empresário quer ir ao Fundo

— O Brasil deve fechar um acordo formal com os bancos, suspender a moratória e voltar ao FMI. Para isso, é preciso que o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ignore as pressões do setor mais radical do PMDB. Esse é o ponto de vista dos principais empresários do País, reunidos ontem para a posse do conselho consultivo da UBE.

O tema dívida externa não constringe, de forma nenhuma, o empresário nacional. O tratamento para o assunto, de acordo com o pensamento uniforme dos empresários, deve ser meramente técnico, envolvendo apenas questões econômicas e financeiras. “A moratória foi altamente prejudicial para o País, inclusive porque aumentou os próprios custos da dívida. O importante é a normalização com o sistema financeiro mundial”, raciocina Roberto Bornhausen, presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

Dentro do mesmo pensamento, o vice-presidente da confederação, Carlos Brandão, ex-presidente do Banco Central, lembra que o pagamento simbólico dos juros, como está estudando o Governo, é fundamental

para os credores, não para o Brasil. “Eles não recebem os juros desde a decretação da moratória. Se o Brasil quer negociar a dívida, deve fazer um pagamento mínimo, para que eles saibam que há uma disposição nossa de normalização”, explica.

O pagamento simbólico dos juros na forma proposta pelo Governo brasileiro, aliás, foi considerado a solução mais inteligente proposta até o momento. O Brasil sugeriu fazer o depósito de parte dos juros, algo em torno de 500 mil dólares, num banco de compensações suíço. Os credores depositariam uma quantia maior, como manifestação de boa vontade das duas partes.

“Não há nada de místico ou de mágico nessa proposta. É alguma coisa que pode se inserir com resultados extremamente positivos dentro de uma negociação global, embora isoladamente não signifique nada”, disse Amaury Temporal, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

“É a única forma. Pagamos todo ano de 10 a 12 bilhões de dólares de juros. Depositamos agora 500 mil e eles nos emprestam, a se-

guir, 2 ou 3 bilhões, para cobrir os atrasados. O principal nós não pagaremos tão cedo. O problema que se discute é o dos juros e para isso é fundamental o pagamento simbólico”, diz Carlos Brandão.

Dentro do clima político que dominou a cerimônia, não faltaram críticas ao PMDB, principalmente por ter vetado essa forma de pagamento quando ela já estava acertada. “O bloqueio não foi do PMDB, mas de uma parte do partido com ignorância em economia”, atacou Teófilo Azeredo, 1º-vice presidente da Fenaban. “Acho que é uma missão impossível ser ministro do PMDB, um partido que tem várias correntes e orientações”, constata Temporal.

A volta ao FMI é encarada com naturalidade. A questão merece do empresário uma análise fria: o Brasil tem que normalizar suas relações com o sistema financeiro mundial e para isso não pode ficar fora do Fundo. Segundo Carlos Brandão, não há inconveniente no retorno ao FMI, “porque não foi ele que criou problemas para nós; fizemos seis cartas de intenções e simplesmente não cumprimos nenhuma”.